



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0143R/16	DATA: 10/03/2016	
LOCAL: Passo Fundo - RS	INÍCIO: 13h26min	TÉRMINO: 14h36min	PÁGINAS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Delegado de Polícia Federal.  
RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.  
LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.  
FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.  
ALVANDI SALLES RIBEIRO - Representante do Conselho dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul.  
DIEGO DUARTE ELTZ - Antropólogo.  
JÚLIO RIBEIRO - Advogado indigenista.  
DANIEL CARVALHO - Presidente do Conselho dos Povos Indígenas.  
ISAÍAS ROSA KAIGO - Cacique de Campo do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Delegacia de Polícia Federal de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.  
Gravação de baixa qualidade.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.





**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Esta CPI foi instalada a fim de ajudar a comunidade indígena e de verificar quais são os anseios de vocês. Aqui, nesta situação, nós estamos convidando os indígenas a exporem quais são os seus anseios, suas demandas, e trazerem isso ao conhecimento da CPI, para que possa ser levado a Brasília.

O Dr. Rodinei é o Procurador que está cedido à CPI. O Fernando Rocha é Consultor, e o Dr. Lucas é Consultor também.

Eu passo a palavra ao Dr. Rodinei, para continuar os trabalhos.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Como eu referi a vocês, nós estamos ouvindo muitas pessoas que são indicadas lá na CPI, ouvimos lá na ponta muitos teóricos, muitos profissionais. E nós sentimos que faz falta à CPI escutar, na verdade, os destinatários dessa política pública, que são os indígenas. E nós temos a ideia não só de ouvi-los lá, daqui a pouco, como também de ir às comunidades para entender o que está acontecendo, tirar fotos, ver as condições e ver quais são os anseios dessas populações.

Já estivemos em Votouro, já estivemos em Mato Preto, já estivemos no Mato Castelhana e já estivemos lá em Gentil.

E aí, depois que nós tivemos aquela primeira conversa, ontem, houve a ideia de que os senhores pudessem conversar mais livremente conosco, mais em particular, e de um forma também...

Eu volto a pedir desculpas por a gente ter ido lá sem ter avisado antes, mas, realmente, a gente não tinha o contato dos senhores, diferentemente dos de outras áreas, que a gente tinha.

Então, nós fomos lá e nos apresentamos, conversamos.

Como os senhores ontem conversaram sobre a possibilidade de virem até aqui e exporem isso para nós, nós estamos dispostos a ouvi-los e vamos levar isso, fazer constar, daqui a pouco, nas sugestões finais do relatório da CPI. A ideia, afinal de contas, é saber como a gente pode dar encaminhamento ao que os senhores precisam.

Os senhores trouxeram uma documentação. Nós vamos receber, oficialmente, essa documentação, e ela vai constar dos Anais da CPI da Câmara.





Todos os Parlamentares vão ter acesso a essa documentação, que certamente vai ser referida no relatório.

Então, a ideia é esta: ouvi-los, levar os seus anseios e dar essa visão do destinatário da política pública, para que a CPI não fique só ouvindo quem vai a Brasília, ou fique num discurso distante da realidade. A ideia é essa.

O Lucas vai falar.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Eu só queria deixar bem claro que a vinda dos senhores aqui foi por um convite. Nesse sentido, ninguém está obrigado a vir, muito menos está obrigado a falar. O fato de estarmos num prédio da Polícia Federal é uma coincidência, porque foi o espaço físico que nós tínhamos. Mas esta conversa poderia estar sendo feita em qualquer outro lugar que fosse marcado, se os senhores quisessem marcar outro lugar. Então, é só para deixar isso claro.

O nosso papel aqui é o seguinte. O papel de uma CPI é investigar se existe alguma coisa errada e propor medidas legislativas para melhorias. Nós ouvimos os produtores de várias regiões, ouvimos os indígenas de várias regiões e agora abrimos a palavra para os senhores. Mas os senhores não são obrigados a responder a nada que a gente perguntar e muito menos a falar.

Então, fiquem bem à vontade, porque aqui não tem nada, nenhuma intimação, de forma alguma.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Deixe-me falar mais sobre CPI. As Comissões Parlamentares de Inquérito são instaladas com diversas finalidades. Elas não têm uma finalidade inicial de apurar crimes. Claro que se durante as apurações forem encontrados crimes, eles serão encaminhados ao Ministério Público Federal, para que tome as providências na esfera criminal, porque não nos cabe tomar nenhuma medida de natureza criminal, sobre qualquer assunto, de qualquer natureza. Eu já trabalhei na CPI do Apagão Aéreo, que apurou os acidentes dos aviões da TAM e da Gol, quando eles caíram. Trabalhei na CPI de Grupos de Extermínio do Nordeste, de quadrilhas matando gente lá no interior do Nordeste.

E uma outra vertente da CPI é verificar as coisas que estão acontecendo, sobre as quais o Poder Legislativo pode, sim, elaborar leis, em cima daquelas coisas





que estão acontecendo, e dar indicações para o Poder Executivo, para o Poder Judiciário, para os outros Poderes, para adotar medidas que, na ótica da CPI, devam ser adotadas.

E, sob essa ótica, nós estamos querendo ouvir lideranças indígenas do Brasil inteiro, não só daqui, certo? Pode ser nos próprios locais, mas algumas lideranças devem ser chamadas, convidadas para ir a Brasília. Por exemplo, nós estamos vislumbrando levar, se os requerimentos já tiverem sido votados, o Álvaro Tukano, que é uma liderança indígena lá do Norte, e o Almir Suruí, que é uma outra liderança indígena no Norte. Eles estão sendo convidados para falar lá. Vamos percorrer áreas indígenas em outros locais do País, para ouvir o que os indígenas têm a dizer. Então, é essa a ideia.

Nós fomos ontem na expectativa de chegar lá, mas ele estava brabo com o Deputado. Aí ficou difícil. Disse: *“Não, vou tentar conversar com ele para ouvir o que ele tem a dizer do povo dele, em outras circunstâncias”*.

Então, é essa a ideia.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Na verdade, é assim...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Desculpe. Como está sendo gravado, eu pediria a gentileza a cada um que for falar de dizer o seu nome. Assim fica mais fácil. Não está sendo filmado.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - O meu nome é Alvandi Salles Ribeiro, sou do Conselho dos Povos Indígenas daqui do Rio Grande do Sul — aqui há um Conselho. É o seguinte: nós temos uma forma organizada no Rio Grande do Sul. São 305 povos no País, e cada um tem uma maneira de se organizar. Nós somos organizados aqui no Sul. Uma das coisas aqui... Até eu vou fazer algumas considerações, para depois chegar aonde a gente quer. Primeiro, a Constituição nos garante, a do Estado, a nossa forma de nos organizar. E a nossa forma de nos organizar é a seguinte: nós temos cacique, temos vice-cacique, temos a liderança e temos o conselho. E toda pessoa que chega lá é bem recebida. A gente procura mostrar a nossa cultura, mostrar o nosso potencial, as nossas virtudes. Mas como chegaram de uma maneira que para nós foi atropelada... E para nós, na nossa opinião, é uma falta de..., de... Nem vou usar o termo para a maneira que foram chegando. Aí, o senhor disse que não tinha os contatos, mas a FUNAI tem o contato





dos caciques, a SESAI tem contato dos caciques. Então, para nós, aqui, não estão batendo essas conversas, não. Então, nós não estamos nos escondendo. Nós temos contato, todos os caciques têm contato. E, sendo assim, a nossa reivindicação, ela está toda baseada em reuniões. Todos os caciques e lideranças do Estado se reuniram. Há documentos, vários documentos, e o que nós queremos, todas as aldeias... Não há necessidade de percorrer. Está tudo registrado, de todas as aldeias do Rio Grande do Sul, o que realmente nós queremos. Então, na verdade, nós viemos aqui para entregar um documento. É só esse documento que nós vamos entregar. Não precisa mais nada. Está tudo ali. Os anseios de todas as comunidades, as dificuldades, o que eles precisam, o que não precisam, qual é o desejo, quais são os anseios, para que retomar e assim por diante. Agora, eu quero deixar aqui lembrado — Sr. Rodinei, não né? — que a gente tem documentos também, porque o senhor disse que foi hostilizado por nós. Nós nunca fizemos isso. Depois nós vamos mostrar para você. Então, a gente recebe bem as coisas...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Eu não fui hostilizado por (*ininteligível*), não.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Não, tudo bem. Depois o senhor vai ver. Então, nós recebemos com respeito as pessoas, tanto é que nós não temos um registro de que nós agredimos alguém, ofendemos alguém. Nós somos pessoas que somos cidadãos de bem dessa sociedade, nós pagamos nossos impostos, somos munícipes daquele Município lá, temos direitos como qualquer outro cidadão. Então, quando se quer falar da gente, conheça, converse com a gente, troque uma ideia, depois escreva sobre a gente. Então, vocês precisam nos conhecer. Há umas inverdades aqui, que a gente fica... Por isso que o pessoal estava brabo.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Hum, hum.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Agora, essas outras coisas que, por exemplo, a gente... Até o cacique estava, esse cacique que estava aí... Nós estamos revoltados porque como que um Parlamentar vai falar o que fala? A gente ouviu a entrevista dele. E entra numa aldeia daquelas... Se nós fôssemos, realmente, como falam de nós, nós tínhamos pegado ele lá, e não interessava se a polícia estivesse lá. Mas nós respeitamos. Agora, nós não temos que ter respeito pelos Parlamentares que nos ignoram. Agora, vêm fazer uma CPI para saberem do que





nós precisamos. Na verdade, eles sabem do que nós precisamos. O que nós mais queremos é a nossa terra. E nós nunca entramos numa terra onde não tem vestígio, onde não tem sítio arqueológico, onde não tem cemitério. Inclusive, os nossos cemitérios estão sendo lavrados. Inclusive, as obras que há lá estão sendo enterradas, para tentar mostrar que nunca houve índios. Tem histórias, está na faculdade, história daquilo lá, como nós fomos picados de lá, como nós fomos expulsos de lá. Tem história. Então, nós não entramos por acaso lá, em terra de qualquer um. Então, nós temos uma história.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier Da Silva) - O senhor quer que eu imprima esses documentos?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - O senhor vai entregar para nós?

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Uma observação aqui. O senhor disse que o cemitério está sendo enterrado. Isso aí, em tese, é uma conduta criminosa, que a CPI tem a obrigação de apurar. Você sabe nos passar informações mais precisas: se há alguém indo lá, o que aconteceu, onde fica esse cemitério?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Está tudo no Ministério Público. Como eu estou falando, está tudo registrado.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Já tem um processo no Ministério Público?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Inclusive, a Polícia Federal foi lá. Acho que levaram uns tiros lá e tiveram que... Não sei se foi tomada providência, mas isso não cabe a nós também.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Já foi feito um procedimento no Ministério Público?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Já, já. Então, estava sendo derrubada a barragem. E denunciou, e acho que o IPHAN foi lá também. Então, existe uma série de coisas, na verdade. Na verdade, o que eles querem saber é se há uma briga entre colono ou não. Na verdade, é uma luta. Para vocês terem uma ideia, a nossa luta é pelo nosso direito. Nós não temos culpa se o Estado vendeu nossa terra. E os colonos não têm culpa também se compraram as terras do Governo. Então, nós não temos para fazer guerra com os agricultores. Agora, os Parlamentares vêm instigar,





querem fazer que a gente fique um contra o outro. É com isso que a gente fica indignado. Está registrado. Vocês sabem o que aconteceu lá no Rio dos Índios, o que o Alceu Moreira falou, o que o Luis Carlos Heinze falou. Está tudo registrado. Então, é estranho para a gente como um Parlamentar...

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Eu não estava presente.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Você não sabe?

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Não. Eu não estava presente, mas aqui é uma oportunidade de o senhor falar, inclusive.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Então, só um exemplo: o Luis Carlos Heinze vai e diz ao público: *“Os negros, os índios, as lésbicas são uma classe que não presta”*. O Sr. Alceu Moreira diz: *“Esses caras-pintadas são genéricos”*. Nós somos legítimos, nós não somos genéricos. Nós temos que ouvir umas coisas dessas, ouvir um Parlamentar falar isso. Então, não tem como nós aceitarmos umas coisas dessas. Então, a gente fica revoltado. Esses Parlamentares têm que ver o que é possível fazer, porque nós não temos coisa contra os colonos. Eles têm o direito deles. Nós não vamos querer que se faça uma justiça cometendo uma injustiça. Agora, o Estado tem que se responsabilizar. Por que ele foi vender as terras que antes eram nossas? Os nossos bisavós estão enterrados lá. Então, nós não estamos brigando por brigar. Agora, o que nós não aceitamos é uma rádio dizer: *“Os velhinhos de 80 e poucos anos estão quase morrendo lá, que criaram seus filhos, que já têm escritura há 100 anos”*. Mas e antes? Então, a gente fica indignado. Agora, vêm com um tal de marco temporal, que ainda não está aprovado. Tivemos uma conversa com o Ministro da Justiça, que disse que ainda não, que o marco temporal foi para a Raposa Serra do Sol nas condicionantes, que o primeiro grupo lá, acho que é do STF, ele disse "sim", e o outro grupo disse "não". Então, estão naquele jogo. Então, ainda não está valendo. Então, não se pode usar isso e chegar: *“Ó, o juiz lá decretou, porque...”* Não. Ainda ontem o senhor falou: *“Vão 50 anos se nós continuarmos nessa”*. Que vão mais 500 anos. Já aguentamos 516 anos, que vão mais 500 anos. Agora, que nós vamos lutar pelo nosso direito, doutor, nós vamos lutar. E você há de convir que, antes de os seus ancestrais chegaram aqui, nós já estávamos aqui.





**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Qual foi o ano em que vocês chegaram? Qual foi o ano que o seu ancestral chegou aqui?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Qual é o ano? Você sabe que antes de vocês chegarem aqui...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não. Qual foi o ano do seu ancestral?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Do meu?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - É. Em que ano eles chegaram aqui?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - O do meu eu não posso dizer, mas...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - É antes de que ano?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Antes de 1500. Vocês chegaram aqui depois de 1500.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Eu? Eu não.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Os seus ancestrais.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - O meu ancestral chegou antes.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Foi antes?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - O meu ancestral chegou antes. A minha bisavó é Balbina Grande, da Reserva de Casenas.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Tudo bem.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - O meu ancestral chegou antes. Eu não tenho problema nenhum. Eu sou descendente de caingangue. Disso que está dizendo o senhor não sabe a verdade. Eu tenho toda uma história. Então, nós temos que nos posicionar.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Deixe-me concluir.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Para mim, não vale isso. Para mim, não vale.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Mas eu estou dizendo de modo geral. Estou dizendo dos Parlamentares, do que eles falam, dos Parlamentares. Estou falando que são os Parlamentares. Então, como o senhor tem um grande conhecimento, como é que vai se escrever o que escreveu? Resumindo por aí.







Voltando à questão, vai estar no documento. Então, nós temos uma organização aqui, e questionavam uma parte: por que terra, para que terra, o que vamos fazer? Está tudo ali. Nós temos um plano de gestão territorial. Está tudo nesse documento que a gente vai entregar. Então, não precisa a gente ficar... É só uma coisa mesmo para falar: que nos respeitem. Nós respeitamos vocês, também nos respeitem, nos considerem como cidadãos. Estamos ali, claro, como foi dito, em forma de favela. Então, para vocês terem uma ideia, nós somos o que vocês fizeram conosco, o que a sociedade fez com a gente. Estamos lá, mas nós queríamos estar melhor. Se nós não pudermos ser amigos, vamos ser bons vizinhos.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Só um parêntese. Neste momento, apresenta-se o Sr. Diego, antropólogo da Universidade Federal de Santa Catarina, que deseja participar da audiência.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Sem problema. Por mim, sem problema.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier Da Silva) - O senhor foi chamado por quem?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier Da Silva) - Pode sentar, pode se acomodar, sem problema.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Deixa eu perguntar: o senhor falou que o Estado agiu errado, porque vendeu as terras há um tempo. Hoje muita gente tem defendido isso. Na opinião do senhor, se o Estado chegasse, pagasse aos agricultores, indenizasse, e eles saíssem, isso estaria justo. Foi isso?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Nós queremos só o que é nosso. Se o Estado vendeu, ele que arque com as consequências.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Ele que pague.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Nós queremos o que é, de fato, nosso. Outra coisa com que a gente fica indignado — não compete a nós também —, por exemplo, é o Deputado dizer que o laudo antropológico é um papelucho que não serve para embrulhar um papel. Qual é a autoridade que ele tem para falar isso? Ele estudou, se formou, sabe como é que funciona?





**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Só uma pergunta. O senhor é da Universidade Federal de Santa Catarina?

**O SR. DIEGO DUARTE ELTZ** - Eu sou doutorando.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Lá da UFSC?

**O SR. DIEGO DUARTE ELTZ** - Sim.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Veja bem, o Deputado... Vocês falaram que ele falou isso na rádio?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Deixe-me continuar. Você está fazendo tese aqui, em alguma região? Onde é? Em que comunidade? Com a comunidade de...

**O SR. DIEGO DUARTE ELTZ** - Campo do Meio.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - De Campo do Meio.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Que ele estaria... Os senhores falaram que ele falou isso na rádio, né, que o laudo seria um papelucho.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Está gravado isso aí.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Não, não. Isso aí quem falou foi ele. Se ele falou ou não... Eu não estava presente.

Eu queria perguntar para vocês o seguinte. Esta é uma oportunidade de vocês falarem por que ele está errado. Na minha região foi assim, foi assado, tem isso, tem aquilo, no laudo tem isso.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Está no documento. E outra coisa, ontem a doutora ainda falou: *"Há uma possibilidade. Se nós comprássemos uma terra ou fizéssemos..."* Mas aí eu pergunto qual é a legitimidade que dá, se estamos tratando com pessoas que realmente podem comprar ou podem vender? Nós não estamos tratando com as pessoas que tem esse poder?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não, não. Definitivamente, não.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Tá. Então, a gente quer fazer as coisas certas. Veja que nós temos uma visão, que nós queremos contribuir com essa sociedade também. Agora, eles não enxergam. Que nossos direitos sejam respeitados! A Constituição Estadual também diz a respeito das demarcações de terra aqui no Estado. É o único Estado em que se tem condições de realmente fazer





ou indenizar as demarcações. Porque, pela Constituição, pelo que a gente vê, dizem que eles não indenizam terra nua. Mas o Estado parece que tem uma brecha e consegue. E aí a gente questiona. Antes, quando nós estávamos, havia mato. Depois os brancos vieram e derrubaram tudo, e agora nós temos isso, então. Na verdade, na nossa opinião, quem derrubou é que tinha que indenizar o Estado, na nossa opinião.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Sim. Eu...

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** -Então?

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Não, não adianta me perguntar, porque eu não estou aqui para dar opinião jurídica, é só para ouvir mesmo.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Só um exemplo. Então, eles vêm com umas conversas, o marco temporal e essas coisas. O que acontece? Nós estivemos em 1.500 lideranças de todo o País lá em Brasília, com a mesma fala. Nós queremos essa posição. Nós nos posicionamos contra a PEC. Estão com a PEC, estão querendo votar, e nós não fomos consultados. Para a Constituição, foram consultados todos os indígenas, no passado. Em 1988, sentaram, fizeram um documento, colocaram no papel. A Constituição nos dá esse direito. Agora, vêm alguns cidadãos Parlamentares querendo criar algumas PECs para... Mas por que não sentam com as comunidades de uma vez, como vocês querem? Por que não fizeram no Governo passado, quando foi colocado aquele capítulo especial? Ouçam a nós, escutem a nós. Agora, quando nós levamos documentos, documentos, documentos, eles dizem não, não, não, não, não. E vão lá e fazem o inverso.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Isso é importante. Uma das coisas que fala na PEC — e inclusive eu gostaria de saber a opinião dos senhores — é o seguinte. Na PEC há um artigo que vai falar o seguinte: o indígena pode utilizar a terra para plantar o que quiser, inclusive soja, e pode arrendar. O que os senhores acham disso?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Olha, está tudo no documento, essas respostas. Vocês vão ler. Leiam o documento.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Fala sobre o arrendamento, sobre a soja?





**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Leia o documento. Nós não vamos responder essa questão. Leia, que está tudo lá.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Tudo bem.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Uma coisa que eu queria comentar com o senhor é o seguinte. Ninguém está isento de falar o que não deve, de passar do ponto quando se expressa. O senhor já deve também ter cometido isso. Quando nós tivemos a ideia de fazer essas visitas *in loco*, na verdade foi bem justamente nesse sentido. Quer dizer, não se pode (*ininteligível.*) Nós, na verdade, estamos falando de uma pessoa. O senhor (*ininteligível.*) Eu não falo mais em tese sobre uma terra, sobre uma disputa. Então, essa posição é justamente isso. É o que o senhor reivindicou. Que a gente realmente descumpra (*ininteligível*) aqui na ponta. Porque se escuta, de um lado, todo tipo de opinião, sem que realmente (*ininteligível.*) Tem muito ruído nesse meio do caminho. Tem muito ruído. Na minha atuação ao longo do tempo, eu senti muita falta, nesses anos em que eu já atuei... Estou há quase 30 anos nisso. E já tive, em outras oportunidades em que eu fui conversar com outras lideranças (*ininteligível*), lá do Planalto, e em outras ocasiões.

Depois, nessa última fase, eu não consegui conversar com ninguém, até porque nos processos, normalmente, não tem sido produzida a troca, a gente não tem essa oportunidade de conversar.

Então, a ideia de trazer a CPI aqui — nós discutimos isso — é justamente para isso, para ouvir. E o senhor tem oportunidade até mesmo de tirar satisfação. Daqui a pouco, o Deputado também tem que ouvir alguma coisa, eu tenho que ouvir, mas os senhores também vão ter que ouvir. Eventualmente, alguma coisa assim, a gente vai ter que aproximar, para que a gente crie uma condição mínima de diálogo. Então, é isso que nós viemos, também, entender.

O senhor me disse: "*Ah não, eu tenho um documento que diz tudo e coisa e tal*". É justamente isso que a CPI não quer. A CPI não quer um documento formal, pensado e estudado, porque nós estivemos lá em Votouro, e a situação em Votouro é totalmente diferente da situação de Gentil. Nós queremos saber: para Votouro o que é que é preciso? Sabe o que é que Votouro nos pediu? Eles querem policiamento, porque tem cara que comete crime e vai se esconder dentro da reserva em Votouro, e eles querem auxílio e que a polícia os auxilie a tirar isso.





Votouro quer um incentivo a mais para que eles consigam plantar melhor a área deles. Essa é uma situação.

Em Mato Preto, nós estivemos ali conversando com o cacique Joel. O cacique Joel, o que ele precisa é de outras condições. E assim por diante. Lá, a sua condição é diferente, e é essa riqueza que nós temos que levar para a CPI, para dizer o seguinte: cada comunidade tem as suas necessidades e os seus anseios. E eu não posso ter um modelo pronto, que desce de Brasília e que quer impor para todo mundo uma solução.

Eu já comentei com vocês ontem que eu escutei do funcionário da FUNAI, em uma discussão dentro da CPI na Câmara, que o indígena do Rio Grande do Sul estava errado em ter agricultura e que soja é coisa de branco. E eu perguntei para ele: você já perguntou para a comunidade o que ela pensa disso?

Então, é isso que eu quero dizer. Há muito opinião dada em tese, até minha, até minha. Eu lhe confesso que algumas coisas que eu pensava eu tive que mudar, nessa visita desses últimos dias. Então, a ideia dessa aproximação é isso. Não vai ser positiva a primeira? O.k. Mas vamos nos aproximando para tentar entender.

O senhor disse que passou um documento escrito. Seria interessante tentar entender o que tem esse documento. Isso vai servir para todas as comunidades?

Tem uma questão ali em Mato Castelhana, que está na beira do asfalto, com risco de vida. Esse não é um problema que vocês tenham lá. Isso está aqui? Em relação à questão da profissionalização, eles estão reclamando que não têm condições de concorrer em condições de igualdade com outras pessoas na hora de buscar emprego. Isso é uma política pública em que temos que pensar. Ou seja, já se notou... E eu perguntei: *“Tá, mas qualificar o indígena para o serviço, isso vai tirar dele a condição de indígena? Ele vai ser menos indígena?”* Eles disseram: *“De jeito nenhum”*. Isso foi dito aqui, isso foi dito em Votouro, isso foi dito em Mato Preto. Ou seja, o indígena trabalhar onde ele quiser e, mesmo assim, morar na comunidade e ter melhor qualidade não tira, lá na opinião desses com quem eu conversei, a sua condição de indígena.

Bom, essa é uma política pública, independentemente de se ter ou não demarcação, em que se tem quem pensar. E, lá no final da CPI, vai se sugerir isso.





Então, eu lhe pergunto. É isso que eu quero, que a gente veio, por exemplo... Esse é o mesmo anseio que vocês têm? Por exemplo, qualificação profissional?

Sobre terra, nós não precisamos nem conversar. Nós temos plena consciência de que os senhores estão lá reivindicando a demarcação da terra. Isso eu não preciso perguntar para os senhores. Eu não preciso perguntar para o cacique Jonatas isso. Isso a gente sabe. As questões são outras, que estão envolvidas também, e sobre elas esta CPI tem que ter um quadro mais claro e mais verdadeiro.,

Temos que aparar essas arestas, eventualmente, em relação a alguma opinião que eu dei em algum momento, em relação a alguma opinião que o senhor, que também não me conhece, tenha a meu respeito e que, daqui a pouco, não seja tão verdadeira. E temos que tentar nos aproximar, entender e levar a riqueza, o máximo possível, para que a CPI não esteja com essa ideia que se tem, de que daqui a pouco é uma CPI do agronegócio, contra o indígena, o que por mim, na minha função de funcionário público, na qual sou empregado de todos os senhores, não vai acontecer.

Eu não tenho filiação partidária, nenhum de nós tem filiação partidária. Não dependo de ninguém e não tenho cargo de confiança. A minha função, passe Parlamentar, passe governo, vai estar aqui amanhã. Então, eu não vou manchar a minha biografia funcional com alguma posição política que não vai me levar, lá na frente, a ter uma carreira sólida. Isto os senhores têm que entender: que, para mim, muito claramente, quem paga o meu salário são as pessoas.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Doutor, em relação a isso, eu tenho uma ideia. O Estado tem o Conselho dos Povos Indígenas. O Estado deveria saber isso, o Estado, esse que é o Presidente do Conselho dos Povos Indígenas. Todas as demandas, as necessidades, os problemas, estão todos eles escritos, para a gente não ficar jogando. Em relação à formação, aos direitos, está garantido na Constituição, mas o Estado brasileiro não cumpre. A gente vai brigar com quem? Nós temos direito até a ter uma educação diferenciada, e o Estado não promove isso. E aí o Estado cobra educação de qualidade (*ininteligível*), compromisso. Então, esse direito de que vocês estão falando é direito nosso.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Só para registrar aqui, qual seu nome?





**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Alvandi.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - O Sr. Alvandi apresentou aqui um documento que apresentaria as necessidades da comunidade, intitulado o *Terceiro Encontro de Lideranças em Re Kuju, Campo do Meio, Gentil — RS; O grito da floresta: O bem viver e afirmação kaingang no seu território; Ensaio de Plano de Gestão Socioambiental e Territorial Re Kuju, Campo do Meio*; e algumas reportagens jornalísticas que eu apresento à CPI.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Isso é uma cópia...

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - É uma cópia.  
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas há o registro em áudio. Isso fica registrado.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Então, doutor, acho que esta conversa, na verdade, seria... Não seria muito, mas precisamos nos conhecer, nos aproximar, não é?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - É, isso é verdade.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Nesse sentido, já que não há intenção de falar, a situação estando escrita, acho que é necessário darmos por encerrada esta audiência.

O senhor quer falar?

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - Sim. Eu sou Júlio Ribeiro, sou kaingang, sou advogado. Diante da colocação dos senhores, quero dizer às lideranças aqui que aproveitem esta oportunidade de nos expressarmos. Está tudo no documento, mas no documento não vai tudo, não vai a realidade que nós temos. Gostaria que vocês aproveitassem a oportunidade de enfatizar o que realmente são os nossos anseios. Nós temos 500 anos de luta, e tem esta oportunidade da CPI. Não sabemos que fim vai ter, mas nós temos que acreditar e lutar para que seja positivo para nós. A luta, a nossa luta pelas terras não vai terminar hoje, não vai terminar daqui a alguns anos, ela vai ser constante. Então, eu pediria aos senhores, porque vocês sabem o que acontece nas aldeias. O que é uma aldeia como o Votouro tem é diferente do que nós temos ali. Conforme foi citado, a nossa situação lá é precária. Já tínhamos registrado isso, mas vocês falando se torna mais humano, se humaniza mais a





coisa, porque o papel torna a coisa muito mais, digamos assim, é o concreto, não dá muito para... Mas vocês, como liderança, como quem vive essa realidade... Porque hoje a força política contra nós é muito grande. Quanto mais nós nos expressarmos, quanto mais nós falarmos, isso vai ser positivo para nós. O papel, hoje, tu podes pegá-lo, deixar numa mesa, ali, coisa e tal, mas essa fala de vocês vai ser apresentada na CPI?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Vai.

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - Então, isso... eles vão ouvir lá. Nós vamos ter uma força a mais nesse sentido, entendeu?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Aproveitando o que eu disse, talvez os senhores possam ser convidados a falar lá em Brasília. Isso é uma possibilidade.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Eu só vou concluir, é só um exemplo: Gentil recebe 4 mil reais/mês. Já tem um dinheiro lá acumulado há anos. "*Não, não vamos gastar porque é para os índios.*" Vem para ser gastado com os índios na questão da saúde.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - No Estado do Rio Grande do Sul?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - O Estado manda, o Município acha que não deve gastar. Aí está correndo o processo... Acontece com praticamente todas as reivindicações. Então, já que vocês querem, qual é o problema? Perdemos um ano lá porque o Prefeito achou que não deveria dar o transporte, que o Estado deveria dar. E o Estado deu, aí o Município pegou esse transporte e colocou um outro transporte, só para os senhores terem uma ideia.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Hoje não tem transporte escolar?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Não, hoje tem.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Hoje tem.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Todo ano é uma briga no Ministério Público para dar o transporte. Então, são algumas coisinhas: em questão geral, a gente toda vez tem que recorrer ao Ministério Público para a coisa andar, sendo que é que direito nosso. Então, por isso é que eu digo: tem a lei, tem a Constituição, mas







não querem cumprir. Então, quando acontece alguma coisa lá, o Prefeito simplesmente: “*Nós temos uma Comissão da Agricultura*”. Parece que é outra Comissão que comanda o Município. Está tudo, na verdade... Estão no Ministério Público as denúncias que a gente fez. Então, a gente sofre com isso. Já que é para falar, a gente sofre com isso. Então, é preciso que o Estado brasileiro dê assistência para os próprios filhos da terra. Para encerrar, eu vou dizer: nós temos um peregrino, em terra estranha, mendigando o que é nosso. Para nós, é vergonhoso. Enquanto o Estado Brasileiro: “*Não, não tem grana. Não tem dinheiro. Não tem...*” E o que acontece neste País? Hoje ainda, Sr. Deputado — eu não gosto de falar por trás —, dizem que nós somos invasores? Dizem que nós estamos impedindo o progresso da sociedade? Nós, 700 mil índios, com um pingüinho de terra, impedindo o progresso do Brasil? Será que somos nós que estamos saqueando este País? Será que somos nós que estamos cometendo...? Será que somos nós? Então, eu acho que temos que nos sentar de frente e ver esse negócio aí, para não criarmos uma opinião pública contra nós. Vejam a opinião pública que está sendo gerada aí. Nós, na verdade, somos invasores, intrusos neste País, porque está se criando uma opinião pública aí que, na verdade, é uma inverdade.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Se o senhor me permite, será que não foi o método de fazer a reivindicação que gerou toda essa resistência? O senhor há de convir também que vocês chegaram lá a uma região onde as pessoas não esperavam e, do dia para a noite, dizerem que iam tirá-los, que tinham que sair, sem receber 1 centavo pelas terras em que estão, deixando suas vidas, e eram milhares de pessoas! Será que esse método também não gerou toda essa resistência? O senhor queria que as pessoas acolhessem isso de bom grado? É isso que eu quero lhe perguntar.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Seu Xavier, quando foi chegado ali, para você ter uma ideia,... (*ininteligível*) o próprio Prefeito pegou as coisas e colocou no lugar lá.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não, eu sei que vocês estão alugando ali, que não tem invasão ali.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Mas a questão é a seguinte: como eu falei, os colonos têm o direito deles, nós temos os nossos. O senhor acha que nós





concordamos que eles vão sair (*ininteligível*)... Não, eles têm o direito deles. Nós somos companheiros para lutar pelo direito deles. Jamais um colono, que eu sei que foi tirado, saiu ou tomaram as terras e saiu sem nada. Só um exemplo...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Vou lhe dar um caso concreto: semana passada, nós fomos informados que, em São Félix do Xingu, no Pará, a Força Nacional passou de patrula por cima das casas. A pessoa muito humilde, com a criança chorando, no colo, saiu com o neném de colo sem ter onde ficar. Então, assim: não é verdade. Isso tem sido feito, sim. Eu tenho lá, em Serrinha, pessoas que, há mais de 12 anos, até hoje não receberam sua indenização!

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Mas os que não receberam estão lá ainda.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não, são pessoas que estão fora.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Mas tudo bem. Então, eu acho que nós temos essa negociação. Tínhamos acertado aqui com o INCRA uma vez, não é? Acertamos com o INCRA, com o assessor do Ministério da Justiça, e ele fez uma palestra para os agricultores junto com os índios, para assentados e agricultores. Os agricultores aceitaram a proposta, os agricultores, mas não se cumpriu. (*Ininteligível*) falou, quem falou foi o Ministério da Justiça.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - A palestra era... Foi onde a palestra?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Foi feita no Forquilha. Estava a Polícia Federal, estava o Ministério Público.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas a palestra era para quê? Eu não entendi: o objeto da palestra do INCRA era...

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Fazer um acordo?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Era fazer um acordo, porque... retirar os colonos, como é que ia ser a formalização, se eles iam querer casa na cidade ou não, se eles... com os colonos, né, se eles iam querer a parte deles para comprar uma terra, que seria no... Ouvi essa proposta. Eles não iam comprar... A terra não ia





ser longe, ia ser onde eles conviviam com a família. Umas propostas interessantes: um módulo, meio módulo, dois módulos...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Se ele fizesse esta proposta, hoje chegasse para o senhor e dissesse, assim, “*Olha, vamos fazer uma proposta, nós vamos comprar uma área de (ininteligível), comunidade de Gentil, não vai ser aqui para não fazer esse transtorno todo, mas é área que querem vender, e vamos ajeitar para ficar bom para todo mundo*”, o senhor aceitaria?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Não.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não? Então por que os colonos teriam que aceitar?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Porque nós estamos lutando por aquilo que já era tradicional.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Eles têm dito isso também, estão lutando por aquilo que... Eles têm propriedade, e os senhores acham que é o que tem tradicional. Então, o senhor quer que ele tenha uma conduta que o senhor não teria. O senhor está entendendo?

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - A questão da tradicionalidade, doutor, ela não termina com a compra de um outro pedaço.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não, mas eu compreendo a discussão toda, eu nem entrei na questão jurídica... até falar em marco temporal. Não vou entrar nessa discussão. Mas eu quero dizer que isso cria uma situação (*ininteligível*).

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - (*Ininteligível*) também. E, quanto ao método, doutor, não tem outro método indígena para querer a terra de volta. É acampar e reivindicar.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Eu discordo, doutor. Eu discordo. Eu participei, por exemplo, lá da, da... naquela época em que foi recolocado (*ininteligível*) coisa e tal, não foi assim tão tumultuado.

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - Não, mas eles acamparam. (*Ininteligível*) eles acamparam e retomaram.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas, assim, o Estado...

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - (*Ininteligível*) não tem um método. O método é esse. Os indígenas descobrem que ali é terra tradicional e vão lá.





**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas a decisão de (*ininteligível*) envolvendo Serrinha, ela é de 1968. O Estado do Rio Grande do Sul já decidiu que ia devolver. Realmente, uma questão de tempo, né, que postergava, postergava, postergava. Com a Constituição de 89, do Estado, é que começou a ser feita a recolocação.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Vocês tocaram num ponto interessante. Tinha um acordo entre indígenas e colonos e... Pelo que eu entendi, tinha esse acordo e depois não foi...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não, foi uma proposta.

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - Uma proposta.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Foi o Ministério da Justiça, o Eduardo... Como é que é?

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - O Ministro José Eduardo Cardozo.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Tá... Não, mas estava o Secretário dele, o Dr. Marcelo.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Marcelo (*ininteligível*)?

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E eles iam comprar uma área para os colonos do tamanho da área que foi reivindicada ou seria uma área um pouco menor? Você sabe me dizer?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - No dia em que estive lá, a proposta foi assim. Por exemplo, vou dizer o que eles falaram lá. Você tinha um pedaço de terra. Se tivesse um módulo, seria até 22 hectares. Se tivesse 11 hectares, você ganharia um módulo; se tivesse menos, você ganharia meio módulo. Se tivesse um filho, assim, de 15 anos, ganharia um módulo também. Se quisesse casa, do Minha Casa, Minha Vida ou ali (*ininteligível*) ou na cidade também era preciso negociar. Foi essa a proposta que eles fizeram. Isso quem fez foi o Dr. Marcelo. Não tinha mais cidadão (*ininteligível*) esqueci o nome dele.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E aí toda a área que vocês reivindicam hoje... Eu nem conheço a região, nem sei de quanto é. Nesse acordo, toda essa área seria demarcada ou seria metade, parcial, um pedaço? Você sabe me falar?





**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Era para Forquilha essa proposta.

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Essa proposta era para Forquilha. Estou falando... um exemplo aqui. Agora já... Parece que só falta... Falta só... Já foi feito levantamento fundiário, falta só desintrusão, uma coisa assim.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - E, no caso do senhor, se fosse possível — não sou eu que vou fazer o acordo —, seria feito, seria possível algum tipo de acordo, tira um pedaço aqui e põe ali, tira outro ali e põe ali? Seria negociável isso ou não está em conversa?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Outra questão que o senhor falou... Eu vou me permitir só porque o senhor falou na questão jurídica. Cada um tem a sua abordagem, vocês conhecem o meu posicionamento a respeito, já sustentei a questão do marco temporal, mas, na verdade, é o seguinte: o marco temporal tem sido reiterado pelo próprio Supremo. Tem várias decisões depois da Raposa Serra do Sol reiterando. A Justiça Federal aqui da 4ª Região reiterou, a de Erechim já reiterou, de Santa Catarina, está... A orientação que está se encaminhando... E isso que eu falei para os senhores ontem... Não estou dizendo para os senhores abandonarem seu processo, não estou tentando convencê-los a demover da sua mobilização. Não é essa a ideia. É só em hipótese. A orientação está indo neste caminho, de que não se demarca terra que não estava ocupada em 88.

Em sendo definido isso, o que seria possível fazer depois? Assim, porque o problema não vai terminar, entendeu? De um modo ou de outro, não vai terminar. Se for declarado que tem que obedecer ao marco temporal, o que seria possível fazer? Porque já nos foi falado por alguns caciques que hoje, pelo tempo que se está fora, não é possível nem retornar às antigas reservas. E, aí, o que nós fazemos dali para frente?

E aí nós vamos ficar, depois, 15, 20 anos nessa situação em que os senhores estão? É isso que eu estou perguntando. Nós temos alguma coisa para dizer, lá no Congresso, aos senhores, para não ficar mais 10, 15, 20 anos nessa situação?

**O SR. ALVANDI SALLES RIBEIRO** - Para mim falta só... Vou encerrar, não falo mais. Para mim, resumindo, o Estado brasileiro, o Estado, qualquer nação que





não cumpre a Constituição, para mim, é um Estado sem lei. Foi determinado que em 4 anos eram para ser demarcadas as terras indígenas. Já são 20, 30 anos. Se demorar, nesse processo, vão mais 500. Os culpados não somos nós que criamos, elaboramos... tanto tempo “x”. E, aí, agora vem com essa ideia... Eu encerro a minha fala assim: cumpre-se a Constituição.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Você queria complementar?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Seu nome, para ficar na gravação.

**O SR. DIEGO DUARTE ELTZ** - Eu sou o Diego, antropólogo. Na verdade, eu estou mais como observador, né, até porque esta CPI já tem... momentos em que a minha profissão estava sendo muito difamada também. Eu acompanho o que está acontecendo em Brasília para fazer o registro, né? Mas o caso, não só o caso ali de Forquilha, né, aquela negociação com o INCRA, está previsto no art. 231 da Constituição. Já existem todos os aparelhos jurídicos para se resolver esses problemas. Eu acho que é só isso.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Então, vamos aproveitar a ocasião, aqui... Eu analisei vários laudos antropológicos, tive oportunidade, inclusive eu sou um dos que... critiquei bastante um que acabou sendo desconstituído na Justiça. Então, vou lhe dizer uma coisa só: eu também fiz doutorado, também fiz todos os meus cursos. Só para dizer o seguinte: o senhor sempre tenha o cuidado de ser absolutamente científico. Se o senhor usar o método científico, se o senhor fizer a pesquisa com todas (*ininteligível*), o senhor não vai ter problema de criticar nenhum trabalho seu, ou seja um trabalho de conclusão, uma tese de doutorado, ou seja, depois, um trabalho antropológico. O que a gente sente falta — isso não foi dito só por mim — é de rigor científico. E, assim, trabalho nenhum encontra respeitabilidade e legitimidade se não atende a esse rigor científico. O senhor não vai ter problema se o senhor levar a sério o que o senhor está fazendo com o seu doutorado.

**O SR. DIEGO DUARTE ELTZ** - Isso não está em debate, né? Eu concordo com isso. Acho que o rigor é extremamente necessário.





**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Bom, assim, a comunidade apresentou os anseios através de um documento, né? Acho que ninguém tem mais nada a dizer. Eu acho que podemos dar como encerrada esta...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Querem manifestar mais alguma coisa?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Alguém quer dizer mais alguma coisa?

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Eu queria... Meu nome é Daniel. Eu sou o cacique da terra que está em demarcação, no Campo do Meio, e... (*ininteligível*) né, Presidente também do Conselho, do CEPI, dos Povos Indígenas.

E a gente... Há 6 anos a gente vem sofrendo com perseguições (*ininteligível*). Até a investigação, né, quando... Nós estamos precisando que investigue o acontecimento, né? Hoje... O primeiro que deu foi em 2011, né, depois 2012, 2014. São quatro tentativas já. E, durante esses 6 anos, né, nós não sabemos quem que é. Eu não sei se está sendo investigado, e a gente vem sofrendo com isso. A comunidade de Campo do Meio não tem sossego. E ali nós não entramos numa guerra, nós nem invadimos. Nós... Ali, nós estamos ocupando aquele lugar e nós temos nossos títulos, somos cidadãos de Gentil, e ninguém vai nos tirar de lá.

Então, eu quero dizer para vocês que não adianta pessoas que não têm competência vir fazer uma proposta para nós. A gente sabe que nossa briga não é com os colonos. Não temos briga com... Somos ali da vila. Nós somos vizinhos. E nos damos bem com os vizinhos ali, mas tem documento... que o doutor falou que nós somos um incômodo naquele lugar. Está aí o documento, está aí.

E a gente quer dizer para vocês que nós não somos bobos mais. Nós acompanhamos tudo: as entrevistas nas rádios, o que falam de nós. E quero dizer para vocês, né, que a gente está ali e vamos lutar com o Governo para que... O que falta é sair a demarcação de nossas terras. É o que nós queremos. Não temos outra coisa a dizer. A primeira coisa para nós, o que nós vamos fazer depois de nós conseguirmos a nossa terra de volta... Depois nós vamos ver o que nós vamos fazer em cima dessa terra. Mas primeiro tem que sair a demarcação.

Então, quero deixar vocês a par daquilo que vem acontecendo. É carro sendo alvejado a tiro. Até minha casa lá... fez o buraco, até hoje, de 12, de pistola. Pessoas





passam ali na frente. Se tiver um carro nosso ali na rua, está sendo alvejado a tiro. É isso que acontece, mas nada está sendo investigado. Agora, quando um índio faz alguma coisa, no outro dia a polícia está em cima.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Essa situação que o senhor está colocando não está sendo investigada por ninguém?

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Hã?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Não está sendo investigada por ninguém?

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Está, está sendo, está sendo... Nós levamos... Nós trouxemos a Polícia Federal para...

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Trouxe o fato, né?

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Só que até agora a gente... Já faz... O primeiro faz 5 anos. O primeiro ainda não foi descoberto, quem que fez.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Na realidade, com certeza eu posso assegurar para o senhor que foi apurado e existe um procedimento instaurado sobre isso. O senhor pode ter certeza disso.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - E a gente quer que a Polícia Federal e o Ministério Público entrem com investigação. Há um comentário lá que a gente também ouve da boca dos colonos, né, que... "*O culpado é aquele lá.*" Então, tem alguma coisa, mas falta a gente checar mais na Polícia Federal e contar o que... Nós podemos estar ajudando também, porque nós precisamos de segurança. Fomos a Brasília. Fizemos o... a... (*ininteligível*) registrar a ocorrência aqui, não quiseram nos receber. Disseram para nós irmos lá na Polícia Civil.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Na realidade, existe uma situação de atribuição, aí, de demandas. Nós já estamos sensíveis a isso. E eu posso assegurar ao senhor: qualquer coisa que o senhor trazer à Polícia Federal, se não for atribuição da Polícia Federal, vai ser encaminhada a quem tem atribuição (*ininteligível*).

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Mas, chegando lá na Polícia Civil, eles dizem: "*Não, a competência é da Polícia Federal*". E daí fica um... né?







**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Posso lhe assegurar que, juridicamente, quem vai decidir isso é um juiz. E o juiz tem decidido em muitos casos acertadamente. A Polícia Federal não mantém nada... Toda ocorrência que é encaminhada para cá tem uma destinação.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - E, quando acontece alguma coisa lá, a gente liga para a Brigada, liga para cá, mas ninguém vai lá atender. Como é que, quando...

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - O policial Almeida tem um bom relacionamento com vocês, né?

**O SR. DANIEL CARVALHO** - E como é que, né, nas cidades, né, quando tu só liga, a Polícia já está lá? Porque, naquele dia que o (*ininteligível*) cacique foi atingido, se a Brigada estivesse lá, eles teriam descoberto. As pessoas que deram (*ininteligível*) ficaram ainda mais ou menos uns 20 minutos paradas lá no canto, lá, na saída. E nós ficamos olhando, esperando.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Foi instalado inquérito dessa situação, não foi?

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Então, é isso que está acontecendo. Nós não temos... Para quem nós vamos ligar, né?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Essa atuação da Polícia Militar lá dentro... Nós já estamos sensíveis a isso, e a manutenção da ordem pública, isso é constitucional, art. 144. O policiamento preventivo para manutenção da ordem pública é papel da Polícia Militar. Isso não é papel da Polícia Federal, muito menos da Polícia Civil.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Sim. É isso que nós...

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Esta atuação ostensiva da presença do policial no local, isso é uma atribuição da Polícia Militar. Constitucionalmente, é isso.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Então, é isso que a gente vem sofrendo. Daí, a gente não sabe para quem que a gente vai ligar. A gente liga lá e eles dizem: "*Não, vocês têm que ligar para a Polícia Federal*". A própria Brigada diz: "*Não, vocês têm que ligar para a Polícia Federal. Eles é que estão (ininteligível), não somos nós*".





**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Isso que o senhor está colocando é exatamente o anseio da comunidade, e a gente se compromete a levar...

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Daí, quando acontece alguma coisa, a gente não sabe para quem ligar, né?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Não é o primeiro que se queixa da falta de policiamento.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Não é o primeiro, exatamente.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Então, é isso que acontece na nossa região. Nós ligamos para Marau, ligamos para Ciríaco, Gentil, que é a nossa cidade. Não vêm. Só vêm depois que está... Até... Nem compareceu. Até hoje não compareceram, né? Faz quanto tempo já que... O de Gentil nem compareceu, nem de Marau. Apareceu a Polícia Federal, depois que nós estivemos lá em Brasília, mas dali a uma semana. Então, o caso que está acontecendo é isso. E nós temos que saber para quem que nós vamos, quando acontecer alguma coisa, para quem que nós vamos ligar. Isso tem que ficar claro para nós.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - O doutor está conseguindo acompanhar essas situações? Sei que não é da sua área de atuação, né?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Alguma coisa a gente acompanha, mas é muito difícil.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Eu só queria colocar uma coisinha, já que o cacique Daniel fez a colocação para... como o Dr. Rodinei também e todo o Estado, sobre a saúde que foi colocada um pouco aí, né, porque a saúde, na verdade, nossa está... não tem atendimento, não tem médico nem... Se nós estamos sem remédio, sem atendimento, 4 mil reais que o Estado repassa para o Município para o Município repassar para as comunidades indígenas, esse valor iria muito suprir essas nossas necessidades. Então, teria que ver, achar uma saída, então, para poder esse valor não voltar (*ininteligível*) é voltar e daí...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Eu tive oportunidade de ver esse processo numa discussão ali em Mato Castelhana, vi até a sentença do juiz. O que acontece é o seguinte: é que o Estado mandou o dinheiro para o Município sem





perguntar nada. O Estado não perguntou se o Município queria assumir essa responsabilidade, se ele queria fazer política especial para o indígena. Ele não perguntou nada. Ele pegou, mandou o dinheiro e disse: *“Você tem que fazer”*. Quando o Estado se negou a fazer, quando o Município se negou a fazer o que estava atribuído a ele... Veja bem: *“Eu sou um Prefeito e daqui a pouco o Governador está me mandando, na minha administração, fazer... está interferindo na minha administração”*. Aí, essa demanda acabou no Ministério Público, que promoveu uma ação civil pública, e a Justiça decidiu (*ininteligível*): *“O Estado não pode determinar que o Município faça”*.

O que eu vejo? Essa é uma questão estritamente política, e me parece que os senhores devem tentar uma aproximação com o Município, porque é política, é uma escolha do Município. Uma aproximação com o Município. E, se for possível e se os senhores quiserem, eu me disponho a estar junto. Numa hora... Eu estou lá em Brasília trabalhando, agora, mas, perto do final de semana, segunda-feira, se os senhores quiserem marcar uma reunião com o Município, eu vou, para a gente tentar fazer uma aproximação, para que o Município assuma essa responsabilidade e facilite. E, aí, daqui a pouco, eles também terão pedidos para fazer para os senhores, entendem, de alguma coisa também que eles tenham...

Eu me lembro de que uma... eu li em outro processo... na disputa dessa questão ali no salão comunitário, não é? Usa, não usa, quem usa, quem não usa, enfim, que houve reintegração de posse, se não me engano, também, na Justiça Federal. Foi uma (*ininteligível*) posse, se não me engano, pelo INCRA.

Então, assim, daqui a pouco... Essas coisas é que temos que aproximar. Ou seja, chegar e dizer: *“Olha, vamos fazer uma convivência pacífica do salão comunitário. Ao mesmo tempo, o senhor assume a parte de saúde. Como nós podemos fazer essa aproximação?”* Porque hoje o que eu enxergo é o seguinte: O.k., os senhores têm uma disputa por área de terra, mas os senhores não invadiram terra. Os senhores estão numa área alugada, o.k., para mim, em condições precaríssimas. Eu diria que é até muito próximo da indignidade. Eu acho que deveria ter condições melhores para os senhores se colocarem lá com as suas famílias. Isso eu já manifestei e acho que realmente... Até que, por sinal, agora está melhor. Quando eu passei lá pela primeira vez, era uma situação muito ruim. Eu





acho indignas aquelas condições, tão indignas como, por exemplo, as do pessoal em Mato Castelhana. A de vocês agora está um pouquinho melhor. Então, assim, daqui a pouco...

Eu me disponho, fora do serviço da CPI, fora da minha função, que eu estou afastado, do Estado... Eu vou lá (*ininteligível*). Deixo o meu telefone. Vamos fazer uma aproximação com o Município, vamos sentar lá e vamos ver. Sabe por que eu digo isso? Porque lá em Votouro, por exemplo, o Município de Benjamin Constant presta um monte de serviço às comunidades. Eles têm uma relação muito aproximada, não têm nenhum problema de relacionamento. Por que nós não podemos fazer isso em outros locais?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Essa proximidade que o Dr. Rodinei está propondo está faltando, né?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - É, mas a gente já sentou, por 4, 5 vezes, com o Prefeito. A gente abriu exceção de algumas coisas, a gente disse: "*Não, pode construir*". Ele queria aumentar o posto de saúde, então, né, lá, para o Município, mesmo, para dar um espaço para nós. Nós concordamos que ele gastasse aquele valor lá. "*Não, pode fazer lá, que nós...*"

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - É, mas ele vai encontrar resistência é nos agricultores que estão sob risco de perder as terras. Os senhores não de convir que... Por isso que eu digo, é uma questão política. Tem lá milhares de pessoas que votam nele, e ele tem que fazer aquilo que os eleitores dele mandam. E os senhores estão chegando agora, são poucos eleitores...

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Não, já votamos nele também, nós já participamos... Fazemos parte da população lá, né? Então, ele, na verdade, teria que atender a todos nós, à nossa demanda e à demanda dos não índios.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas eu diria o seguinte: eu acho que é uma questão política. Se os senhores quiserem, eu vou junto, eu posso... Como o Sr. Daniel disse, nós não temos o poder de decidir, ou seja, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Na verdade, a nossa... é de encaminhamento. Agora, eu, pessoalmente, pessoalmente, me disponho a intermediar isso, estar junto, e tentar uma aproximação. Se os senhores quiserem, os senhores podem marcar que





eu estarei junto, sexta-feira ou numa segunda-feira em que eu consiga estar. Os senhores podem marcar, que eu estarei lá.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Doutor, o Estado estará vindo, parece que é no final deste mês, o Estado estará vindo, para tentar fazer uma negociação. Eu acho que, nessa... nessa reunião aí, eu acho que seria bom...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Marca, marca... Eu não consigo entre... no meio da semana (*ininteligível*) para Brasília agora ou viajando com a CPI. Mas, assim, se for numa segunda ou numa sexta-feira, eu dou um jeito, desmarco e refaço a minha agenda e eu estou com os senhores. E, se for no final de semana, também não tem problema, não tem problema. Pode ser sábado, pode ser domingo. E me avisa, porque, assim, fora da CPI, fora da minha função, faço, assim, só para tentar ajudar vocês a achar uma...

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - E, para encerrar a minha... poucas, eu vou lhe falar, a gente precisa de mais acompanhamento da polícia mesmo, né?

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Essa demanda a gente está se comprometendo a levar.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Porque, na verdade, a gente já vinha perseguindo, a gente já vinha avisando a polícia, o pessoal. Quem nos avisa nem é o pessoal indígena, é o pessoal não índio — “*Olha, se cuida, que os caras estão perseguindo vocês*”. A gente deu os nomes de quem poderia estar envolvido. E, quando eu ia... Só nossa... veio com o IPHAN e o Ministério Público, estiveram olhando umas ocas lá, que esse colono disparou os tiros lá... com o Ministério Público, com a Polícia Federal junto, né? Eles abordaram um subprefeito lá, ele deu o nome do cara (*ininteligível*) esse cara lá, assim, assim. O cara vazou, né? E a gente...

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Foi instaurado inquérito sobre isso.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Daí a gente fica pensando. Não é que... Assim, falou... Às vezes... Parece que, quando é contra nós, as coisas andam tão rápido que, né, não dá nem tempo de escapar. Agora, quando é... Faz quase 1 ano já que aconteceu isso aí, e nada foi feito, os caras estão lá. Daqui a pouco vêm de novo e fazem outros disparos.





**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas eu vou lhe dizer que essa queixa vem dos dois lados. Essa queixa da deficiência do policiamento vem de várias reservas e vem também de pessoas não índias. Esse é um problema grave por que nós estamos passando, talvez, no Estado brasileiro, o problema de segurança pública.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Não é só aqui, o Brasil inteiro...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Até aproveitando a presença do Delegado, na verdade hoje quem está fazendo um serviço de altíssima de qualidade é a Polícia Federal. Isso é verdade. Mas, infelizmente, não é atribuição dela. Então as outras forças públicas também vão ter que melhorar a sua qualidade. Em cidades como Passo Fundo funciona razoavelmente bem, em Erechim funciona razoavelmente bem, mas lá em Campo do Meio...

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Esse detalhe que o cacique falou tem que ficar bem claro, tanto para a Polícia Federal e a Polícia Civil como para o militar que está lá — de quem é, na verdade, o trabalho —, porque a gente liga para a Polícia Civil, para a Brigada Militar lá e: *“Não, isso é com a Polícia Federal, vocês vão ligar para eles”*. E aí?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Esse é um ponto. Agora, o senhor veja bem: essa história começa a contar lá na década de 2000, quando começaram a querer dizer que tinha alguns movimentos indígenas e o governo da época não queria deixar que impedissem o movimento. Essa é a realidade. Aí diziam o seguinte: *“É área federal e a Polícia Militar não pode agir”*. Foram vendendo essa ideia, e venderam.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Ela não tem fundamento algum.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Ela não tem sustentação, não tem fundamento, porque é obrigação do Estado, sim, a proteção de indígenas e de não indígenas. Então, foi sendo vendida e hoje é quase uma concepção que se tem: se é índio, é matéria federal. Não é verdade. Às vezes, há um problema individual, e a Polícia Federal não faz policiamento ostensivo e preventivo.





**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Até porque nós não podemos estar em todo local. A Polícia Militar tem muito mais mobilidade do que a gente.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Então, ouvir isso dos senhores justifica a nossa vinda, porque é importante saber que vocês não concordam com essa ideia de que tem que ser só a Polícia Federal. Vocês querem polícia. Se é federal, se é estadual, o que vocês querem é ter segurança. Ninguém quer que aconteça nenhum tipo de absurdo nem com branco nem com índio.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - É que nem um pessoal, uns pequenos agricultores que a gente vê, com quem até a gente teve discussão no início, mas hoje a gente está vivendo de vizinho mesmo, conversando com eles, porque eles também estão sofrendo que nem nós. (*Ininteligível*) Os caras estão ali num chiqueirinho e, do outro lado, o cara tem 2.800 hectares. Isso é justo? Tanto nós como eles também estamos sofrendo. Então, acho que tem que analisar muito bem isso aí.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Tem mais um caso que aconteceu lá no Campo do Meio, Delegado, com um colono, um agricultor. As crianças do colégio estavam usando o campo ali, e ele lavrou esse campo. O futebol era certo ali. Era muito bonito aquele campo. Ele passou o pé de pato e terminou com o campo. Mesmo assim, as crianças foram ajeitando e começaram de novo a fazer suas atividades. Ele veio e passou secante no meio da campo de novo, ali na vila. Viemos fazer a denúncia no Ministério Público...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Mas essa terra era de quem?

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Da comunidade.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Da comunidade. Eu acho que isso aí não podia estar acontecendo. A gente queria trazer ao conhecimento de vocês que, ali na vila, um cara, o nome dele é (*ininteligível*), ele tem 1.700 hectares...

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - São 2.800 hectares.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - É. Ele encosta ali na vila a lavoura dele de soja. Toda vez, todo ano, ele vem passar veneno e vem tudo na vila. Tem crianças, e a gente sabe que faz mal o veneno. Então, a gente também queria trazer isso para





vocês ficarem sabendo. Nós temos foto das máquinas passando veneno. A bem dizer, é dentro da vila, não é? Então, a gente queria trazer ao conhecimento de vocês também, para estarem vendo essas questões também. É a nossa saúde que está em risco. Era isso que nós queríamos dizer.

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - Eu quero fazer só um comentário sobre aquela questão que tu falaste sobre a possibilidade de o indígena plantar soja. As comunidades indígenas são a única camada de cidadãos brasileiros que não têm crédito algum para financiar qualquer tipo de produção. Sendo assim, em vez de nós plantarmos qualquer tipo de cultura, que o Governo brasileiro ache uma linha de crédito. Hoje, você dá 1.000 hectares para um indígena e coloca ele na terra, mas o que ele vai fazer? Vai criar mato. Não vai ter produção. É nesse sentido que nós indígenas precisamos de uma linha de crédito para cultivar as nossas lavouras, seja ela do que for, porque nós não temos.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Vou comentar rapidamente. Essa questão sempre apareceu, às vezes como justificativa dos arrendamentos. A gente sabe que é verdade que nem sempre é justificativa.

De novo, surpreendi-me lá com Votouro. Acho que já contei para vocês que eles não têm problema de financiamento, porque têm um ótimo relacionamento com o comércio local. Aí, eles combinam — “*vamos pegar semente*”; “*vamos pegar um insumo*”, “*vamos pegar o adubo*”; “*vamos alugar máquina*” — e fazem o serviço. Na época da colheita, eles pagam direitinho, sem nenhum papel. Isso foi dito por eles e depois ouvido, em separado, dos próprios fornecedores, os comerciantes. Então, a construção de confiança também é algo muito bom.

Outra coisa que eles mostram lá — e isto os agricultores brancos disseram — é que eles, na hora do acerto, dizem o seguinte: “*Isso aqui é do fulano de tal, dos 3 hectares dele*”. Então, eles têm a parte, separada, de cada um e a parte comunitária, e eles ainda explicam isso muito direitinho. Ou seja, eles pagam toda parte que é individual em separado. A parte da comunidade é da comunidade.

Então, uma boa gestão interna dessas questões, uma boa relação com o comércio local resolve metade dos problemas de crédito. Agora, eles próprios disseram que, se tivessem crédito, teriam mais máquinas, abririam mais áreas e, daqui a pouco, teriam uma vaca de leite ou alguma coisa assim.







Então, essa questão da gestão interna tem que ser falada, tem que ser tratada sem preconceito. O Diego disse uma coisa importante até para a questão da antropologia, porque nós temos ouvido que o indígena não pode plantar, que ele não pode colher, que ele não pode plantar soja. Na verdade, tem que tirar esse preconceito, aprender a ouvir a comunidade e saber que as expectativas de vida deles, hoje, são as mesmas da comunidade próxima de onde ele vive.

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - A realidade é outra.

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Isso não o torna menos índio, entendeu? A cultura indígena é uma coisa e o desenvolvimento socioeconômico é outra totalmente diferente. Não há mal nenhum em que o indígena tenha carro, celular, Internet, viagem para o exterior, uma vida como qualquer cidadão brasileiro. Ao mesmo tempo, ele não deixa de ser indígena. Esse é um ponto muito importante, entendeu? Isso é muito importante.

Nós temos que resolver a questão do financiamento. Qual é o problema do financiamento? Garantia. Não tem como dar garantia, porque a terra é da União, então, nós temos que criar outras formas de garantia. Ou a União cria um crédito próprio, ou, então, aceita a colheita. Tem que haver uma política agrícola. Tem que haver uma política de assistência.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - O que está nesse documento aí (*ininteligível*) o senhor vai chegar a olhar?

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Claro.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - É o Plano de Gestão Territorial e Ambiental hoje. A gente está dizendo o que a gente quer, porque a gente viu... Não sei se foi ele, o que aconteceu, porque devolveram a terra para os índios sem... É o que a gente está dizendo: Votouro está há muito tempo lá, e eles construíram lá na continuação. Não foi de uma hora para outra que eles...

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - Desde sempre estão.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - ...criaram a garantia de confiança dos não índios. Então, Serrinha, no caso, devolveram para eles: "*Oh, se virem*". E daí? O comerciante não conhecia o índio, não conhecia aquilo, entendeu? A culpa é toda das lideranças. A liderança é culpada.





**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Eles estão com a vida ruim lá em Serrinha?

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Não sei como que está lá.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - O senhor não conhece, não?

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Mas só que a gente vê os boatos de Serrinha (*ininteligível*).

**O SR. JÚLIO RIBEIRO** - O Governo devolve sem um plano. Demarca a terra e depois...

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - Se virem, né? Então, é por isso que a gente está dizendo: a gente quer um plano de gestão territorial. O que a gente quer não é a continuação (*ininteligível*). Essas terras vão ser devolvidas para nós. Uma coisa que fica bem certa é que nós não... Claro, a gente quer que os pequenos agricultores recebam os direitos deles. A gente não está chegando e querendo arrancar deles, porque eles também sofreram e lutaram para estar ali. Então, hoje, só que estão em cima do que é nosso. Foi nosso no passado, então, a gente quer de volta. Só para encerrar.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - Bom, dessa forma, já que todos expuseram um ponto de vista, a gente pode dar por encerrada a oitiva do pessoal. Eu a dou por encerrada.

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - A gente tem como pegar uma cópia depois da...

**O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA** - Sim, sim. Isso vai estar disponível depois, mas, agora, vai para degravação, o que demanda todo um período.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - O pessoal técnico leva para a Câmara...

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Sabe por que a gente pede? Porque a gente ouviu — até o Moreira e o Colatto falaram — lá em Brasília, quando tiveram uma audiência lá, falando do Rildo, que estava lá, falando do cacique José Carlos, que não era cacique, que se (*ininteligível*) com isso e com aquilo, o que foi uma inverdade, né? Então, a gente quer ter tudo gravado, para depois não...





**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - É importante.

**O SR. DANIEL CARVALHO** - O que a gente conversou aqui é que isso aí geralmente (*ininteligível*).

**O SR. ISAÍAS DA ROSA KAIGO** - É aquilo que a gente conversou, não é? Para que não seja distorcido...

**O SR. DANIEL CARVALHO** - Por isso é que a gente pede isso.

**O SR. COORDENADOR** (Marcelo Augusto Xavier da Silva) - O Diego gravou ali também e pode passar. Mas, formalmente, a gente passa depois.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Vou deixar de forma clara, está o.k.? Nós não temos a atribuição para resolver absolutamente nada. Nós só estamos ouvindo várias comunidades indígenas e vamos formalizar um documento e apresentá-lo aos Parlamentares que constituem a CPI.

